

“Esse crime, o crime sagrado de ser divergente, nós o cometeremos sempre”

Pagu

Dois episódios marcaram significativamente a negociação ofícosa da pesquisa na unidade prisional. O primeiro deles se deu logo no meu primeiro dia em campo. Assim que pus os pés na escola da prisão, fui apresentada a Carlos, um interno-faxina que lá trabalhava. Conversamos por um longo tempo na sala dos professores, e ele se comportava como uma liderança que conhecia bem os demais internos, os funcionários e a rotina da escola. Seu apelido na cadeia era “Cabeça²⁸”, em referência à sua óbvia inteligência e capacidade analítica. Cabeça logo quis saber o que eu fazia lá. Respondi de modo evasivo. Ele então desviou o assunto, me contou sua história de vida, disse ter sido morador da Barra da Tijuca, bairro de classe média do Rio de Janeiro, até ser preso pela primeira vez por contrabando. Também falou por muito tempo sobre o sofrimento moral imposto pelo regime prisional e suas rotinas degradantes, até novamente perguntar sobre a natureza do meu trabalho: “Mas o que você pretende fazer com as informações que levar daqui?”, insistia. Expliquei então detalhadamente no que consistia uma pesquisa em análise de discurso e quais eram os objetivos particulares do meu trabalho. A partir daí, nossa conversa claramente esteve orientada para o que ele julgava que eu deveria saber sobre sua realidade. Adicionalmente, me alertou sobre não fazer perguntas acerca das normas da facção e me desenhou um questionário, que cobria os pontos que ele julgava serem úteis para mim. “Mas vai virar livro?”, ele voltava a insistir. “A tese é uma espécie de livro”, respondi. “As pessoas precisam saber da verdade”. Essa

²⁸ Tanto o nome quanto o apelido de Carlos foram trocados, como de praxe, para preservar sua identidade.

era finalmente sua preocupação. Cabeça foi transferido na semana seguinte, após uma greve do coletivo²⁹ em represália a um plantão da segurança.

O segundo episódio ocorreu alguns meses após a conversa com Cabeça, quando o gravador foi autorizado e as entrevistas estavam para ser realizadas por mim e por Julio, que a essa altura já havia passado a integrar a pesquisa. Todos os internos se recusaram a falar antes da autorização de José, o “presidente”, liderança máxima da facção na unidade prisional. Nós ainda não conhecíamos José, e por isso resolvemos marcar uma reunião coletiva na biblioteca, para esclarecer as dúvidas sobre a pesquisa e tentar obter, finalmente, o último aval necessário. Todos compareceram. Nessa reunião, e baseada na experiência anterior com Cabeça, achei que uma estratégia simpática seria, ao invés de subestimar a capacidade de compreensão dos participantes, explicar também as bases teóricas da pesquisa. Todos se interessaram pela ideia das “identidades múltiplas”: “Vai mostrar que nós somos outras coisas, além de bandido?”. “Sim”. “Vai sair em livro?”. “Uma espécie de livro”...

Notas de Campo, Setembro de 2009

As situações narradas nas notas acima e, destacadamente, a preocupação dos internos-participantes com a divulgação dos resultados da pesquisa ficaram esquecidas na minha memória por um longo tempo. Alguns meses após as entrevistas, já em fase de análise das narrativas de adesão, as lembranças sobre essas conversas vieram novamente à tona e pude compreender mais amplamente seu significado e utilidade para as ideias que aqui desenvolvo. O “*insight*” se deu bem longe do presídio, enquanto eu assistia ao filme *Tropa de Elite 2*, bastante popular à época. Quando o emblemático personagem do Capitão Nascimento acaba sendo responsabilizado pelo extermínio de uma liderança de rebelião em um presídio carioca, deflagra-se um conflito midiático que opõe, de um lado, as comissões e organizações de direitos humanos, e, de outro, as instâncias representantes do Estado no combate ao crime, como o governo e a polícia. Nesse

²⁹ Segundo os funcionários da escola, as greves do coletivo são razoavelmente comuns, e ocorrem sempre que os internos estão insatisfeitos com as práticas dos agentes penitenciários em relação às vistorias de cela ou tratamento dos familiares em dias de visita. Trata-se de uma manifestação pacífica que reivindica negociação com a direção por condições melhores de tratamento. Nessas situações, os internos se recusam a participar das atividades laborativas, médicas e escolares, e permanecem em suas celas até que seus representantes entrem em um acordo com as autoridades prisionais.

contexto, quando todos consideravam iminente a derrubada do personagem protagonista do posto de comando do batalhão de operações da polícia, uma cena marcante expõe a polarização ideológica do conflito: o capitão entra em um restaurante para almoçar e é ovacionado pela população, enquanto, sua voz narradora, em *off*, sentenciava: “pro povo, parceiro, bandido bom é bandido morto”.

Os aplausos e a avaliação do narrador eram tão chocantes quanto verossímeis. Por mais corriqueiras que sejam as falas dessa natureza – de fato, basta sair às ruas ou ligar a televisão após um episódio midiático de violência para ouvir centenas de vezes enunciados como os do capitão –, a institucionalização do *slogan* em um filme popular e a reação empática por parte da plateia que me acompanhava na sala de exibição do filme, fez pensar, naquele momento, que uma das funções das histórias de adesão, organizadas, como se viu, com base em episódios disruptivos que mitigam a agência dos desviantes, transferindo a “culpa” da adesão criminal para fatores externos, seria, em última instância, uma forma de se defender, de desconstruir, as crenças populares sobre a criminalidade e seus agentes. Para cumprir esse intuito, tais explicações alternativas precisariam também obter visibilidade, publicidade, de forma que pudessem competir em pé de igualdade com as concepções vigentes no senso-comum. Foram essas as ideias que encaminharam a necessidade deste capítulo final, embrionário, como seu próprio título anuncia, porque composto de um referencial teórico e analítico ainda em construção, cujo desenvolvimento reservo a trabalhos posteriores.

O propósito do que se segue é, então, interrogar e refletir acerca dos embates discursivos tornados relevantes no processo desta pesquisa. Para que a análise das narrativas de adesão ao crime não se reduza a um tipo de interpretação que as conceba simplesmente como tentativas de desresponsabilização sobre a ação criminal, é preciso neste momento discutir outros trabalhos que se debruçaram sobre a fala da violência, mapear as diferentes vozes e visões de mundo que habitam esse discurso, compreender as condições em que ele foi produzido, assim como algumas das conjunturas e pressupostos a que ele responde. Em outras palavras, trata-se de trazer à análise suas dimensões macro-contextuais. Tendo em vista o caráter pretensioso da proposta, que foge ao escopo da proposta geral do trabalho, apresento este texto como uma reflexão preliminar,

que cumpre o objetivo secundário de apresentar os encaminhamentos futuros da pesquisa.

8.1

O discurso criminal para além das motivações locais

Recorrentemente, ao longo desta tese, procurei sublinhar a emergência interacional das narrativas de adesão ao tráfico (cf. capítulo 7), por meio de interpretações que equacionam sua ocorrência e características com estratégias de gerenciamento do estigma que visam a normalizar a experiência desviante. Nelas, literalmente, os participantes da pesquisa procuram justificar sua entrada para o crime a partir de atribuições causais que relegam tal escolha a fatores diferentes de predisposições “naturais”. Em nível micro-analítico, fez sentido pensar esse discurso – assim como as várias nuances de trabalho de face realizadas nas entrevistas (cf. capítulo 5) – com base nas circunstâncias locais em que a pesquisa foi realizada, especialmente sua estrutura de participação, isto é:

- i) a configuração das entrevistas como “encontros mistos” (Goffman, 1981) – composto por desviantes e não desviantes;
- ii) a presença silenciosa imposta pelos ouvintes circunstantes, tais como o diretor do presídio e funcionários da segurança, que ouviriam a gravação.
- iii) a identidade dos “pesquisadores sociais” tornadas relevantes; além da possibilidade do “interlocutor imaginário”, que determinavam a “agenda da entrevista”;

É justamente esse último aspecto, a pressuposição de um interlocutor imaginário, distante no tempo e no espaço, mas atuante nas motivações temáticas e organizacionais dos discursos co-construídos na cadeia, que ganhará relevo neste capítulo. Dessa vez, no entanto, no lugar de construí-lo meramente como *audiência*, será necessário ampliar a categoria até o ponto de compreendê-lo também como *produtor* de discursos que antecedem e sucedem o discurso prisional sob escrutínio. Parte-se, assim, da ideia de que tais discursos se relacionam a outros que circulam na sociedade, na medida em que tanto

respondem a eles quanto os fomentam. A essa relação, passarei a me referir, seguindo Moita Lopes (2001), como “embates discursivos”, por entender que as narrativas aqui analisadas habitam uma arena intranquila em que se procura legitimar sentidos, especialmente os sentidos identitários do desviante.

Esses embates podem ser entendidos a partir do conceito de dialogismo de Bakhtin (1979). Para Bakhtin, os discursos não são estruturas abstratas e reificadas. Antes, carregam a historicidade e as marcas identitárias de seu tempo, os resquícios de suas formas anteriores e as tendências para as formas vindouras. Isso porque toda enunciação deve ser compreendida como parte de um diálogo; um elo na cadeia de outros enunciados: ao mesmo tempo em que representa uma réplica ao já-dito, é resultado da réplica ainda não-dita, mas solicitada e prevista (Faraco, 1988:24). Dois enunciados, mesmo distantes no tempo e espaço, revelam uma relação dialógica, tanto pelo seu conteúdo temático quanto pela sua construção composicional.

Cabe sublinhar aqui o propósito bakhtiniano de fazer extrapolar a noção de comunicação como o “aqui” e o “agora” da interação. Tomá-la dessa maneira seria subestimar as funções comunicativas da linguagem, ou ainda subestimar a própria noção de comunicação. Embora a perspectiva interacional subscrita nesta tese vá, como queria Bakhtin, além da metáfora telementacional que relega ao interlocutor o papel passivo da decodificação, reposicionando o outro como elemento contextualizador no processo de produção de sentido e considerando-o parte das motivações discursivas locais, há outra dimensão de “outridade” sempre sob risco de negligência: aquelas que extrapolam as configurações dos encontros sociais particulares, nos cenários comunicativos imediatos, mas que de qualquer forma se fazem onipresentes na construção do que se diz. Como já se disse, um enunciado pressupõe e lida ativamente com a existência de enunciados anteriores no espaço-tempo, polemizando com eles.

Bakhtin se refere de modo mais instrucional não só à dimensão mais imediata da interlocução e dos componentes da situação, mas também às que estão além de seus limites a partir da ideia de *atitude responsiva ativa*, que marcaria o comportamento dos interlocutores nos dois polos da comunicação. Nas palavras do autor, “toda elaboração é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz”. Esse é um fenômeno que se dá no cenário particular de cada interação, patente na alternância de turnos – é onde o termo ‘resposta’

assume literariedade –, mas também serve de metonímia para processos mais amplos. E são esses que o autor deseja destacar: a comunicação tem ecos, e “cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte”. O mesmo se dá na direção contrária: todo locutor é respondente “pois não é o primeiro que rompe pela primeira vez o silêncio de um mundo mudo”.

Caminhando em direção ao postulado de Bakhtin, é possível reconhecer nas narrativas de adesão ao tráfico certa atitude responsiva em relação àqueles discursos que estiveram presentes no filme mencionado na introdução desta seção, e que estão respaldados em versões simplificadas e popularizadas da tese do “instinto criminal”, da “falha de caráter”, do “desvio moral” (cf. capítulo 2). Tais teses, como se viu, localizam no indivíduo e em características supostamente intrínsecas a ele as motivações para a criminalidade e, embora superadas como explicações válidas nos contextos acadêmicos, estão fortemente presentes tanto no senso-comum como no discurso institucionalizado das políticas públicas de repressão e “recuperação”. O discurso criminal parece estar construído, nesse cenário, como uma *reivindicação identitária alternativa*. Em contextos que em geral entendem a condição criminal pela ótica da abjeção, cabe ao desviante formular uma resposta defensiva, que alegadamente se dá pela polarização discursiva com as concepções hegemônicas. Essa ideia estará melhor formulada adiante.

O pressuposto de que o senso comum tende a individualizar e essencializar o crime, compreendendo-o como um traço natural e maligno inerente ao desviante, encontra respaldo em um trabalho atual sobre o modo como as pessoas dão sentido à violência e a reconstroem discursivamente. Caldeira (2000), ao estudar a relação entre criminalidade e democracia no espaço urbano de São Paulo a partir de entrevistas realizadas com moradores de bairros violentos, sustenta a tese de que há, no Brasil, uma “democracia disjuntiva”: conforme a autora, as noções de democracia que se desenvolvem no país vieram de mãos dadas com a fragmentação e segregação dos espaços públicos. Tal ponto de vista é sustentado a partir de depoimentos acerca dos temas da criminalidade, instituições policiais, direitos humanos entre outros. Para mencionar especificamente o ponto que interessa a essa argumentação, a autora percebe, especialmente na fala sobre o crime, a recriação de estereótipos sobre a diferença, na essencialização de uma

divisão entre o bem e o mal. De maneira paradoxal – conclui –, as mesmas pessoas que agem discursivamente contra a violência (pela maneira como *falam* sobre o assunto) a reproduzem na cristalização dos estereótipos que diferenciam cabalmente criminosos e suas vítimas dentro de um esquema maniqueísta que legitima o ódio e a vingança.

Infelizmente, não só nos contextos cotidianos, mas também nos institucionais, esse discurso toma forma. Como se viu quando da descrição dos trabalhos de Foucault (1987) e Goffman (1961), é essa concepção que esta na base da história e funcionamento das instituições prisionais (cf. capítulo 2). Além disso, na minha própria experiência no complexo prisional, pude ouvir de diversos chefes de segurança e agentes penitenciários reclamações sobre a postura de entidades de direitos humanos, críticas ao que eles qualificam como “discurso de ONGs” e nomeações e vocativos depreciativos de toda natureza na referência aos internos, sendo “o vagabundo” a mais naturalizada de todas.

Para exemplificar de forma razoavelmente transparente a maneira pela qual esses discursos respondem à tese dos instintos criminais, reproduzo abaixo o desenvolvimento da narrativa de adesão ao tráfico de José, formulada imediatamente após o excerto já apresentado no capítulo 7. Neste momento da entrevista, José parece explicitamente empenhado em se construir identitariamente perante seus interlocutores.

EXCERTO 1: “UM DELINQUENTE AO OLHAR DELES”

49 **Liana** e nessa época você não tinha nenhum envolvimento?
 50 **José** nenhum envolvimento, até então... eu era tranquilo,...mas
 51 ↑aí .. eles me transformaram nisso, porque eu tive que
 52 viver escondido,.. perdi meu direito de ir e vir,.. porque
 53 ao sair na rua (tinha que ser disfarçado). então me
 54 transformaram nisso (não fui eu, foi eles que me
 55 transformaram nisso), porque a minha- a minha mente, a
 56 minha meta de vida era diferente, eu nunca (quis sair da
 57 escola, queria chegar ao primeiro ano) oitava série
 58 completa, e daí pra lá interromperam a minha vida, porque
 59 eu já não tinha mais privacidade. eu tinha medo realmente
 60 de sair e de repente sofrer uma covardia ↑eu não tinha medo
 61 de morrer, até hoje eu não tenho medo de morrer, tenho medo
 62 é da covardia, que até então, se o ser humano morrer ou
 63 não, mas sabe que isso daí é uma coisa certa, mas a
 64 covardia que um ser humano pode vir a cometer comigo da
 65 onde que me expõe, né?, me deixa como? constrangido,.. até
 66 o ponto de eu ter que- (comecei a) mudar de vida(...)

(...)

115 José [então, o que eu tive de experiência de vida disso é o quê?
 116 não importa o que eles pensa de mim, o que eles vão me
 117 transformar, o importante é o que eu sinto, o que eu quero
 118 pra mim e pra minha família, porque eu também tenho
 119 objetivo. estando aqui ou não, a forma que enxerga ou não,
 120 não importa pra mim, porque ↑minha família me ama, e luta
 121 por mim, e sabe que eu sou capaz.. mas também eu sei
 122 disso.. mas pra isso falta o quê? >oportunidade<. ↑não só
 123 pra mim, não quero só oportunidade pra mim não porque eu
 124 não quero oportunidade pra mim, não () eu saber que tem
 125 oportunidade daqui a dez, cinquenta anos pra outros, pra
 126 mim vai ser importante. porque eu sou- aqui minha meta não
 127 é busca::r melhoria pra mim só na::o, é melhoria pra
 128 to:dos, porque eu sei que eu sofri uma covardia, .. me
 129 transformaram num delinque::nte, ao olhar deles, ↑mas eu
 130 não sou isso, eu sei chegar em qualquer lugar, em qualquer
 131 ambiente sei conversar com qualquer tipo de pessoa,.. mas
 132 até então eu tenho esse rótulo ↑em mim tanto estando num
 133 morro, ou estando num- numa fave:la, ou estando na
 134 sociedade, ou estando em Copacabana, Ipanema, em qualquer
 135 lugar, eu vou ser a mesma pessoa. por quê? porque eu ↑tenho
 136 lá estampado na internet, a minha ficha criminal é grande,
 137 e através disso porque lá ↓eles falam o que eles querem e
 138 aí, né?

São inúmeras as marcas, tanto na pequena narrativa que introduz o excerto (linhas 49-66) quanto na explicação que a sucede (linhas 115-138), dos modos como José reivindica para si uma identidade dessemelhante daquelas concepções comuns sobre o “criminoso”. Desde a já mencionada amenização da agência da escolha criminal (linhas 54-5), até os modos como se autoavaliar nas orientações, o interno parece interessado em desconstruir os estereótipos naturalizados sobre o grupo a que pertence. Listo abaixo alguns desses movimentos:

- “↓eu era tranquilo,..mas” (linha 50);
- “a minha meta de vida era diferente, eu nunca (quis sair da escola, queria chegar ao primeiro ano)” (linha 56-7); “porque eu também tenho objetivo” (linha 118-9)
- “tenho medo é da covardia” (linha 61-2);
- “e sabe que eu sou capaz..” (linha 126);
- “porque ↑minha família me ama, e luta por mim, e sabe que eu sou capaz.. mas também eu sei disso..” (linha 121-2)

- “mas pra isso falta o quê? >oportunidade<. ↑ não só pra mim, não quero só oportunidade pra mim não” (linha 122-3)

- “eu sei chegar em qualquer lugar, em qualquer ambiente sei conversar com qualquer tipo de pessoa” (linha 130-1).

Em todos os trechos destacados, nota-se um entrevistado construindo-se sob uma luz favorável (Goffman, 1959), o que, em perspectiva mais macro, quer dizer que ele reclama para si virtudes e competências típicas do sujeito comum, não desviante: ser tranquilo (isto é, não-violento), ter metas e objetivos, valores familiares, habilidades sócio-afetivas e preocupações coletivas com o bem estar de seu grupo. Essas são características razoavelmente diferentes dos *backgrounds* cristalizados sobre delinquência e marginalidade. Além disso, literalmente, José incompatibiliza duas visões diferentes na oposição “eu” e “eles” que permeia sua fala: “não importa o que eles pensa de mim” (linha 116); “me transformaram num delinque::nte, ao olhar deles, ↑ mas eu não sou isso,” (linha 128-9). Essas falas estão sempre colocadas na sequência de um autoelogio, marcando o contraste entre ambos.

As características mencionadas acima não são prerrogativas desta parte específica da fala de José. A própria estrutura e progressão temática das narrativas de adesão ao tráfico, a repetição dos movimentos de “salvação da família”, “autoelogio” e escolha de um “episódio disruptivo” na sua construção parecem estar justificadas pelo tanto que emergem de uma moldura comum de injúrias e profanações sobre o seu caráter. É como se, ao “ponto”, ou razão de ser, das histórias de adesão – identificados nesta tese como justificção da escolha criminal, sobrepairasse um “macroponto” identificado nas tentativas de desestabilizar o que Foucault, por exemplo, chamaria de certos “regimes de verdade”, consensos sustentados discursivamente que dão forma à maneira como categorizamos o mundo e distribuímos poder.

Julio Giannini, meu parceiro no encaminhamento da pesquisa, chegou a conclusões semelhantes ao analisar, em sua dissertação de mestrado (cf. Giannini, 2011 e Giannini e Bastos, 2012), a história de vida de João (cf. capítulo 5). A análise induz uma investigação acerca da possibilidade de reconstrução de uma

identidade de resistência (conforme Ewick e Silbey, 2003) que reposicione aqueles que, frente às estruturas de poder, se encontram em condição desprestigiada ou desvalorada³⁰.

Pelo tanto que serve de evidência ao argumento que aqui se desenvolve, reapresento a seguir uma narrativa do João, parte integrante dos dados da presente pesquisa e já analisada por Giannini e Bastos (2012) à luz na noção de resistência. Reproduzo, também, os pontos relevantes da análise dos autores que importam a esta discussão, conferindo relevo àqueles que se assemelham às características do excerto 1 contemplado acima.

A entrevista de João, a exemplo de que se tornou saliente na narrativa da “epifania” de Jorge (cf. capítulo 7), é repleta de avaliações críticas acerca do poder público. Ao longo das muitas histórias elaboradas pelo interno, é possível notar o quanto ele resiste a concepções estereotipadas, como, por exemplo, o discurso da criminalização da pobreza, que equaciona o criminoso com o miserável, o abandonado (sem valores familiares), produto de comunidades violentas, e também a concepções que o identifiquem como descontrolado e arrogante (condizentes com o discurso da falha de caráter ou desvio moral). Ao invés de ratificar a imagem do delinquente, “João se constrói como alguém que se interessa por veículos, que tem objetivos, e expectativas de futuro” (Giannini e Bastos, 2012). Nessa pequena narrativa, que se refere ao episódio que teria desencadeado sua retenção, João também enfrenta as concepções essencializadas da criminalidade. Na contramão daqueles que reconhecem no criminoso um traço qualitativamente divergente do que há nos ditos “normais” – como o instinto violento, por exemplo –, o entrevistado aproxima a si mesmo do cidadão comum.

EXCERTO 2: “INFELIZMENTE ELE FALECEU”

119	Liana	° entendi.° e aí a a: última eu deixei por último
120		assim pra ver se a gente ficava mais à vontade,
121		também porque eu tinha te pedido da outra vez, pra
122		você me contar a história de quando você foi foi: foi
123		preso. a que tá no processo. não precisa contar nada
124		além disso, né? e: e aí você começou a me contar,
125		você podia repetir a história pra gente?
126	João	(sim) fui preso, é: >onde eu fui cometer um crime<,
127		lá (no lugar) onde eu fui cometer esse crime, é:
128		tinha um policial, mas infelizmente ele se sentiu

³⁰ A esse respeito, viu-se, por exemplo, principalmente na narrativa de Jorge (cf. capítulo 7), o modo como ele identifica brechas e falhas por parte dos governantes para introduzi-las na história como parte de suas explicações para o desvio.

129 ameaçado, né? > de ver eu tar praticando o crime e
 130 estar lá< ele achou que eu ia: >sei lá: tirar a vida
 131 dele, ou alguma coisa assim< coisa que não: que não
 132 iria acontecer. ele me deixou=
 133 **Liana** =você tava tranquilo↓
 134 **João** não, eu tava tranquilo. sempre fui- eu sou uma pessoa
 135 tranquila, [uma pessoa]
 136 **Liana** [era o que, banco?
 137 **João** não, não. °não° outra coisa. aí o que acontece↑...
 138 foi onde ele tentou. ele tentou me impedir, houve uma
 139 troca de tiros onde ele não foi feliz. infelizmente
 140 ele [ele faleceu. °entendeu?°
 141 **Liana** [huhum
 142 **Liana** °entendi.°

O excerto representa o momento em que peço a João que conte novamente uma história que antes tivera de ser apagada do gravador. A narrativa revela a razão pela qual João foi preso: latrocínio – assalto seguido de morte -, e a ocasião em que o interno atirou em um policial. Algumas pistas revelam uma atitude/posição de João que não coincide com a tese o instinto criminal:

- “tinha um policial, mas infelizmente ele se sentiu ameaçado, né?” (linhas 128-9), em que a avaliação encaixada “infelizmente”, demarca a atitude de João diante do evento;

- “ele achou que eu ia: >sei lá: tirar a vida dele, ou alguma coisa assim< coisa que não: que não iria acontecer”. (linhas 130-2), em que João afirma, via orientação, que não era sua intenção inicial atirar no policial.

- “não, eu tava tranquilo. sempre fui- eu sou uma pessoa tranquila” (linha 133-5), em que João se autoavalia de modo positivo enfática e repetidamente.

- na sequência narrativa representada pelas orações:

foi onde ele tentou.
 ele tentou me impedir,
 houve uma troca de tiros
 onde ele não foi feliz.
 infelizmente ele [ele faleceu. (linhas 137-140)

João, diferentemente do que acontece na orientação, assume o padrão da mitigação da agência (capítulo 7) e se apaga tanto da posição sintática de sujeito quanto do papel de agente para relatar a troca de tiros que culminou na morte do policial, este sim posicionado como quem realiza as ações verbais. Na coda, além

de insistir na mitigação da agência, a avaliação encaixada (“infelizmente”) sugere a insatisfação do narrador com o desfecho da história.

Em todas as marcas listadas acima, João mostra-se analítico, virtuoso e penalizado com o destino do policial; fazendo isso, afasta-se “do padrão criminoso do senso comum, frequentemente identificado como um indivíduo nervoso, agressivo, ou, supostamente, de índole assassina” (Giannini e Bastos, 2012:14). A morte do policial é descrita como uma fatalidade, uma ocorrência da ordem do acaso, e não como um assassinato violento e premeditado, estando a vítima, inclusive, posicionada como responsável. A resistência de João é representativa daquilo que percorre os dados da pesquisa: deslegitimando instituições do Estado, desconstruindo versões que generalizam comportamentos de famílias pobres, ou negando comportamentos agressivos e irracionais, os internos estão construindo versões alternativas ao discurso que os oprime.

O embate discursivo presente nas falas de José e João, entretanto, difere qualitativamente do observado por Zaluar, em seu já mencionado estudo sobre violência em áreas pobres do Rio de Janeiro. Para sustentar a tese de que a criminalidade não seja um produto direto da pobreza, a autora destaca, dentre outros fatores, a ocorrência, em certos grupos, de uma subcultura que prestigia a manifestação da força e a posse de armas em detrimento do trabalho formal, num tipo de socialização identificada como um “*ethos* guerreiro”. Segundo a autora, imperaria uma espécie de lei do mais forte, estimulada “pela liberdade de competir e subjugar o adversário [em geral os policiais], sobrepujá-lo, infligindo-lhe dores físicas e morais”, para assim resistir à submissão (cf. Zaluar, 2003)³¹.

Ao que parece, Zaluar reivindica para os desviantes um traço identitário qualitativamente divergente do que apresentariam os não-desviantes, e é justamente esse o ponto que não se observa nesta pesquisa. Como se viu, nem o modo como as narrativas de adesão ao tráfico são construídas nem os novos excertos apresentados acima coincidem com a elaboração do *ethos* “guerreiro impiedoso” descrito por Zaluar. Também não se observa a desvalorização do

³¹ Fora do contexto brasileiro, o também já citado trabalho de O’Connor traz outros padrões de construção da experiência criminal. Conforme descrito anteriormente, na análise das entrevistas que realizou em uma cadeia de segurança máxima americana, os internos constroem o cenário de suas ações violentas construindo-se como sujeitos conduzidos impulsos irracionais que estariam “dominando o seu corpo”. A tese do instinto criminal parece estar na base dessa compreensão.

trabalho; pelo contrário, o elogio ao caráter batalhador e honesto das famílias está sempre presente no discurso. Também a impetuosidade frente ao adversário aparece frontalmente combatida por João no excerto 2.

Diferenças no modo de conduzir as pesquisas podem estar na base dessas diferenças. Obviamente, como é pressuposto em toda pesquisa discursiva de base interacional, diferentes situações sociais motivam performances identitárias também diferentes. Assim, uma pesquisa realizada na comunidade com as pessoas que ainda estão na linha de frente do tráfico, e em outras condições de interlocução, conduzirá outros padrões discursivos e justificações de escolha criminal condizentes com as imagens ali reivindicadas. Ademais, sendo esta uma pesquisa situada em um contexto prisional, cujas reverberações institucionais devem estar consideradas, faz parte do feixe de expectativas por coerência que os discursos que dali emergem apresentem traços da perspectiva da “ressocialização”, que se traduz na atitude reflexiva e “madura” sobre a própria condição criminal.

8.2

Apontamentos acerca dos estudos contemporâneos sobre o discurso e contra-discurso da violência

Mais contemporaneamente, o caráter dialógico e circulante do discurso encontra respaldo em diversos trabalhos que, na visada pragmática dos estudos da linguagem, se alinham com a perspectiva bakhtiniana e entendem a linguagem como forma de ação no mundo.

Na concepção de discurso subscrita por Moita Lopes (2001 entre outros), por exemplo, o significado emerge da ação em conjunto de sujeitos engajados em práticas discursivas, situadas também histórico, cultural e institucionalmente. Sem observar esse tipo de contingência nas direções interpretativas, segundo o autor, corremos o risco de apagar as marcas sócio-históricas “que nos fazem ser quem somos e nos posicionam no mundo social” (2001:58). Daí a necessidade de se olhar para as narrativas de adesão ao tráfico também como práticas discursivas “em que os participantes possam ser situados nos seus esforços de fazer o significado compreensível para o outro” (2001:58).

Além disso, considerando a potência demiúrgica do discurso, que não só representa as instâncias sócio-culturais de que emergem, mas também as constituem, deve-se observar também que a partir dele é possível aos sujeitos atuarem como agentes formuladores de contra-discursos, que revertem os processos simbólicos opressivos e cristalizadores de estereótipos, em direção a novas construções, formuladas em outras bases (idem).

Tal ideia encontra respaldo no trabalho de Butler (2005, 2007 entre outros), para quem as performances identitárias, fabricadas nos engajamentos interacionais não são atos singulares, mas práticas repetidas e citacionais, que mantêm sua atuação para além do momento da enunciação. Se a repetição por um lado faz cristalizar sentidos, tornando os efeitos identitários aparentemente estáveis, por outro lado, a extrapolação dos contextos originais dá margem a repetições que sejam também subversivas, desmanteladoras dos regimes de verdade, a partir da sobreposição de significados alternativos aos originais, desnaturalizando-os.

Assim como Butler, também Briggs (2005; 2007) desenvolve uma abordagem discursiva sobre violência baseada na possibilidade de construções alternativas que obliterem significados estabilizados em direção à criação de contrassensos. O autor formula o conceito de ‘comunicabilidade’ para falar da propriedade de um dado discurso, e da visão de mundo nele engendrada, extrapolar seu contexto de emergência movendo-se por diferentes grupos, situações e instituições. A análise conforme empreendida e proposta por Briggs consistiria, então, em interpretar e mapear as formas e conteúdos do discurso da violência, incluindo suas relações de poder e conflito. Isso significaria estabelecer cartografias que rastreiem os pontos de origem desses textos, assim como sua circulação e recepção, ou seja, os modos como eles foram apropriados e/ou rejeitados.

Assim como os exemplos típicos de “projetos identitários contestatórios” (Moita Lopes, 2001) que se encontram nos movimentos feminista, *queer* e anti-racista, é possível lançar a hipótese, cuja argumentação está rasteiramente desenvolvida nesta reflexão final, de que as narrativas de adesão ao tráfico, com seu esforço discursivo de reversão das identidades criminais estigmatizadas, caminham também neste sentido: o de construir versões discursivas alternativas para sua existência. Nesse sentido, trabalhos como os de Briggs (2005; 2007) e Butler (1997; 2004), embora não explorados nesta tese, aliam a reflexão macro à

perspectiva interacional e servem de bússola para reflexões futuras que caminhem na direção do que foi aqui esboçado.

Um trabalho recente sobre violência que vai nessa direção é o de estudo de Galdeano (2012, no prelo): a autora analisa os significados sociais e políticos da violência, e as relações de poder e conflito que emergem de um contexto específico: o Conselho Local de Segurança Pública de um bairro periférico da cidade de São Paulo. A autora realiza uma pesquisa etnográfica das práticas discursivas desse espaço público, em que policiais, moradores e representantes de instituições locais se encontram para falar sobre violência e mediar conflitos comunitários. Em sua análise, Galdeano mostra como nesse espaço se criam acordos e “cartografias comunicáveis” que não só produzem estereótipos de gênero, idade e classe da parte de representantes do estado, escolas, ativistas, igrejas, ao falarem do que consideram transgressões de comportamentos, mas também do modo como essas falas são acompanhadas de vozes contestatórias que revelam um contra-discurso ativista.

Isso que acontece micro-interacionalmente na pesquisa de Galdeano, como já se disse, parece precisamente ser o que ocorre em esferas de comunicação maiores nesses dados que apresento. Assim como o que ocorre no contexto investigado pela autora, o conflito gira em torno de quem seja o “perpetrador da violência” – o sujeito individual ou esse elemento difusamente chamado de “o sistema”.

8.3 Encaminhamentos

Mesmo de certa forma deslocado do projeto geral de comunicação desta tese, que se debruçou sobre as questões interacionais da elaboração narrativa tornadas relevantes no encontro misto, coube a este capítulo estabelecer algumas bases pelas quais esta pesquisa pode continuar a se desenvolver. Além disso, a explicitação de algumas das implicações interpretativas de ordem mais macro ajudam, em todo caso, a iluminar os resultados que estiveram sublinhados nas seções anteriores, ampliando as perspectivas sob as quais o discurso pode ser compreendido.

Em resumo, dois pressupostos gerais sobre os dados constantes da tese guiaram a elaboração deste último capítulo:

- i) as narrativas de adesão ao tráfico emergem em meio a um cenário discursivo em que prevalecem leituras maniqueístas sobre o bem e o mal. Além de notáveis nas vozes cotidianas e midiáticas a partir do slogan-síntese “bandido bom é bandido morto”, a individualização e essencialização do crime se faz presente institucionalmente: só por estarem alocados em penitenciárias cujo propósito é reformar uma alegada personalidade periculosa, os indivíduos apenados estão tácita e aprioristicamente posicionados, pelo discurso jurídico, como verdadeiros culpados pelas mazelas sociais;
- ii) essas mesmas narrativas constroem-se sob a lógica da disrupção, que, via mitigação da agência, relegam o “acontecimento” criminal a fatores externos, preservando a identidade desviante da polarização moral estereotipada e valorizando suas virtudes análogas as do cidadão comum.

Considerando esses dois pressupostos à luz das propriedades dialógica e constitutiva do discurso, seria razoável supor que, tais narrativas, em um nível de interpretação mais macro-contextual do que aquele que informou o desenvolvimento da pesquisa até o momento, estariam contribuindo para deslegitimar as instituições e suas leituras hegemônicas da criminalidade (aquelas mesmas que produzem os regimes de verdade, ou a tese do instinto criminal e que a fazem circular), surgindo como uma voz dissonante que, de forma contestatória, apresentariam uma alternativa discursiva, ou um outro projeto identitário, que responderia aos elos que lhe antecedem e sucedem na cadeia de discursos circulantes.

Parece ser possível vislumbrar uma relação dessa percepção com aquilo que se configura na proposta crítica de Boaventura Sousa Santos (2007), subscrita na agenda programática da linguística aplicada contemporânea (Moita Lopes, 2006): uma compreensão justa e democrática do mundo só é possível a partir da diversidade caleidoscópica de perspectivas lançadas sobre ele. Por isso, o compromisso da pesquisa social contemporânea é duplo. Deve-se conhecer tanto as versões consensualizadas sobre os conceitos que importam à emancipação

social, quanto as versões rebeldes destes, que nos fazem avançar nas lutas em favor das transformações sociais.